

Alíquota da CPMF pode subir para 0,35%

256

Medida é uma das proposta do ajuste fiscal; servidores inativos devem pagar 15% à Previdência

MARIÂNGELA HEREDIA

BRASÍLIA – Os aposentados do serviço público, civis e militares, deverão passar a contribuir para a Previdência Social com uma alíquota de cerca de 15%, mesmo percentual que incidirá sobre os salários dos funcionários ativos, que atualmente pagam 11%. Além disso, a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), hoje de 0,20%, será ampliada para cerca de 0,35%, segundo um integrante da equipe econômica, o que resultaria numa receita ao redor de R\$ 6 bilhões. A equipe econômica trabalha ainda na revisão do Orçamento de 1999 e estima um corte de R\$ 8,7 bilhões.

Essas são algumas das medidas previstas na proposta de ajuste fiscal que o governo deve anunciar amanhã ou quarta-feira, segundo o integrante da equipe econômica. A data mais provável é amanhã, já que quarta-feira é dia do funcionário público e ponto facultativo em Brasília.

A fonte garantiu que os trabalhadores do setor privado não terão aumento da contribuição previdenciária. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, também negou ontem a existência de proposta de aumento da contribuição dos trabalhadores da iniciativa privada. “A resposta é não”, afirmou Malan, depois de votar, ao lado do filho, Pedro. Essa foi a única declaração do ministro, que, bem humorado, mais uma vez não quis fazer nenhum comentário sobre as medidas econômicas ou o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A maior dificuldade da equipe tem sido definir os instrumentos legais para a adoção das medidas, já que há o temor de que elas possam ser contestadas na Justiça.

A proposta de ajuste fiscal que o governo vai enviar ao Congresso prevê um superávit primário de quase R\$ 25 bilhões, correspondente a



Malan: funcionário privado não vai pagar mais



Ornellas: aperto aos devedores da Previdência

2,6% do Produto Interno Bruto (PIB). Desse total, 1,8% virá do governo central, excluindo estatais, Estados e municípios.

A decisão de propor a cobrança da contribuição dos servidores inativos, de acordo com a fonte, tem base na premissa de que todos os ganhos dos funcionários ativos são repassados aos aposentados. “Essa proteção é um incentivo às aposentadorias precoces”, avaliou.

A contribuição previdenciária dos servidores deverá criar um ganho adicional de R\$ 5 bilhões. A receita atual obtida com a parcela paga pelos funcionários públicos ativos é de R\$ 2 bilhões, para um gasto total com os servidores inativos de R\$ 22 bilhões.

A fonte explicou que o principal objetivo do governo com as medidas é a redução dos juros, considerada o

maior incentivo para novos investimentos e aumento das exportações. “Temos de tentar aprovar rapidamente o ajuste fiscal no Congresso para conseguirmos reduzir as taxas de juros”, afirmou.

Ciente da resistência que os parlamentares devem apresentar às medidas, principalmen-

te à contribuição previdenciária dos servidores públicos, a fonte disse que a equipe econômica pretende esclarecer o que o ajuste significa para o País.

“Parece bastante razoável fazer alguma coisa onde a ar-

recadação hoje é zero; por isso trabalhamos com a cobrança dos aposentados”, reiterou.

A fonte da área econômica destacou que o governo continua trabalhando para incentivar os investimentos no País. O secretário-executivo da Câmara de Comércio Exte-

META É
COMEÇAR A
REDUZIR OS
JUROS

rior (Camex), José Roberto Mendonça de Barros, estuda medidas de promoção comercial para aumentar as vendas externas e a área econômica avalia a ampliação dos empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Reação da CUT – Ainda esta semana, Malan deverá ir ao Congresso Nacional explicar as medidas aos parlamentares, atendendo à convocação da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, disse ontem que convocou toda a diretoria nacional da entidade para uma reunião que começa amanhã e deve terminar apenas na quinta-feira. O objetivo é discutir o impacto do ajuste fiscal e definir estratégias para conter o desemprego e tentar manter a renda dos trabalhadores.

■ Colaborou Gustavo Paul